
Quem tem o direito de falar em nome do futuro?

PATRÍCIA VIEIRA E MICHAEL MARDER 27/10/2013 - 00:00

O nosso dia-a-dia sofre de um excesso de futuro. Se o filósofo alemão Friedrich Nietzsche se queixava do peso da história, que estaria a esmagar a Europa oitocentista, nós vivemos hoje obcecados com aquilo que nos espera. O aumento exponencial da dívida, privada e pública, e o perigo iminente da bancarrota nas sociedades ocidentais, assim como os problemas ecológicos, que caminham a passos largos para um final trágico, sugerem que o apocalipse está ao virar da esquina. Como fazer face aos tempos vindouros numa época de múltiplas crises?

Com estes tumultos, nasce uma nova futurologia. Verificamos que os nossos políticos se convenceram de que sabem o que o futuro quer e precisa. Decisões sobre impostos, saúde e reformas são tomadas em nome de gerações futuras, às quais nos compete legar um país desenvolvido e próspero. Mas como determinar os interesses de pessoas que ainda não nasceram? Seremos realmente capazes de ouvir aquilo que o futuro nos diz, ou melhor, nos sussurra, por entre os clamores da atualidade? E, mais importante ainda, não serão as nossas obrigações para com o presente mais urgentes?

É certo que muitas das nossas ações terão consequências a longo prazo sem precedentes na história humana. Os efeitos de um desastre nuclear como o que ocorreu em Fukushima, no Japão, em Março de 2011, far-se-ão sentir por muitas décadas, depois de as organizações responsáveis pela catástrofe estarem já completamente esquecidas. Mas dar-nos-á o tamanho descomunal do nosso impacto na posteridade o direito de falar em nome de seres humanos futuros? Por outras palavras, quais as bases éticas e epistemológicas que regem a nossa relação com o porvir?

Ao destacarmos o futuro em debates políticos e filosóficos, arriscamo-nos a convertê-lo num instrumento ideológico para justificar as políticas do presente. Por exemplo, as mais recentes medidas de austeridade do Governo, incluindo o corte nas pensões de sobrevivência, a nova diminuição dos salários da função pública, os cortes no orçamento do Sistema Nacional de Saúde e a confirmação da subida da idade da reforma para 66 anos em 2014 são invariavelmente justificadas através de um apelo à solidariedade intergeracional. Sacrificamo-nos agora para que os nossos filhos, netos e bisnetos vivam num país com uma economia sustentável. De boas intenções o futuro está realmente cheio.

Assistimos em Portugal à *reductio ad absurdum* deste discurso político: há portugueses a passar fome e pessoas que evitam aceder a cuidados médicos, porque não podem pagar os seus custos - ou seja, se continuarmos por este caminho, não existirão as gerações futuras, em nome das quais nos estamos a sacrificar. A forte queda da natalidade no país desde o início da crise aponta neste sentido.

Este tipo de argumentos reduzem as gerações futuras a meras justificações para os jogos de poder do presente. E assim, enquanto sufocamos sob o peso do futuro, roubamos-lhe a sua futuridade, sobrecarregamo-lo com as nossas preocupações e usurpamos o espaço que lhe é próprio. Ao reivindicar o direito de falar em nome do futuro, arrogamo-nos a prerrogativa de sermos os seus representantes e transformamo-lo numa mera extensão da atualidade. O reverso desta colonização do futuro é a sua idealização como a razão de ser de todas as nossas ações. O futuro converte-se num fetiche que suplementa as deficiências e redime os defeitos do presente.

Uma boa dose de epicurismo contribuirá certamente para nos curarmos da inflação do futuro a que vimos a assistir. Não que devamos adoptar uma atitude despreocupada, que nos desresponsabilize de questões éticas e políticas prementes. Seria preferível, no entanto, que os nossos políticos se concentrassem no presente e nos seres humanos já existentes, de forma a responder adequadamente às suas necessidades.

O futuro não deve ser utilizado como manobra de diversão para nos fazer esquecer o aqui e o agora. A posição mais ética em relação aos tempos vindouros é a de deixar o maior número possível de opções abertas para as próximas gerações. Mas, para isso, é necessário investir num presente melhor. Só assim é que o futuro terá verdadeiramente futuro.

Nota: este texto é uma adaptação de um artigo publicado pelos mesmo autores no *International New York Times* a 15 de Outubro de 2013.

Univ. de Georgetown, www.patriciavieira.net; Univ. do País Basco, www.michaelmarder.org

COMENTÁRIOS

Os comentários a este artigo estão fechados. [Saiba porquê.](#)